



AS LUTAS DOS “BÁRBAROS”: AS VARIADAS FORMAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA NO CEARÁ COLONIAL (1690 – 1730)

SILVA, Thais Maria Bezerra Ferreira
Universidade Regional do Cariri - URCA
E-mail: thaismaria.bezerrafs@urca.br

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira
Universidade Regional do Cariri – URCA
E-mail: darlan.reis@urca.br

RESUMO

A busca por dominar o território da capitania do Ceará, entre o final do século XVII e na primeira metade do século XVIII (1690 – 1730), não se deu de forma branda, foi um processo permeado por conflitos. Serão apresentadas nessa pesquisa as formas de dominação, adotadas pelos colonizadores para alcançar o interior hostil da capitania, e os métodos para resistir e lutar pela sobrevivência, adotados pelos indígenas que ocupavam as serras e ribeiras do Ceará. É realizada a análise documental atrelada a leitura teórica. Os documentos utilizados são oriundos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), e estão reunidos numa coletânea intitulada *Memória Colonial do Ceará*, na presente pesquisa são utilizados os dois primeiros volumes, que correspondem ao recorte temporal da pesquisa. Toda documentação está presente em formato físico no Centro de Documentação do Cariri, laboratório presente na Universidade Regional do Cariri (URCA).

Palavras-chave: Dominação. Resistência. Indígena.

1 INTRODUÇÃO

A chegada de colonizadores, na busca pela ocupação e tomada das terras, que correspondiam a capitania do Ceará, na segunda metade do século XVII, foi responsável pelo crescente número de conflitos entre os que buscavam dominar o território e quem já se encontrava nele. Tais conflitos seguem de forma mais acirrada durante a primeira metade do século XVIII, sendo um período marcado por disputas das mais variadas formas, entre os anos de 1700 a 1739 (Pinheiro, 2008).



A pesquisa tem como objetivos apresentar as formas de dominação adotadas pelos colonizadores que adentraram os sertões cearenses durante os anos de 1690 a 1730 e as formas de resistência adotadas pelos nativos que já ocupavam aquelas matas. As questões serão levantadas de forma a apresentar o indígena como um sujeito ativo nas relações que foram estabelecidas naquele período, tendo em vista que no campo historiográfico a temática indígena foi por vezes trabalhada de forma onde questões pontuais são deixadas de lado. Por esses motivos, até a década de 1980, a história dos indígenas no Brasil resumia-se basicamente à crônica de sua extinção (Monteiro, 2001, p.6).

Trabalhos voltados a temática das resistências indígenas apresentam, por vezes, uma perspectiva onde essas ocorreram por meio de embates sangrentos e diretos. A proposta da presente pesquisa é trazer ao debate historiográfico os outros métodos adotados pelos dominados na busca por sua sobrevivência, as variadas formas de resistir que estão presentes nas relações, e em atos cotidianos. Dessa forma será apresentada também a violência mascarada pelos discursos que validaram as tomadas das terras em que se encontravam esses povos e nas pomposas falas dos líderes religiosos responsáveis pelos aldeamentos formados na capitania do Ceará.

2 DESENVOLVIMENTO

Para desenvolver a presente pesquisa, são analisados documentos referentes ao período estudado, provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e reunidos na coletânea intitulada *Memória Colonial do Ceará*, onde estão presentes cartas e requerimentos que vão desde os anos de 1618 até 1746, nessa pesquisa são usados os que estão datados entre os anos de 1690 a 1730, dispostos entre os volumes de número I e II. A documentação utilizada encontra-se em formato físico no Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), laboratório de pesquisa vinculado ao Departamento de História, presente na Universidade Regional do Cariri (URCA).

São analisados nos documentos as formas como ocorreu a dominação por parte dos colonos para com os grupos indígenas que habitavam os sertões cearenses e em contrapartida a resistência desses indivíduos que ali já estavam. O primeiro ponto a ser analisado são as



ferramentas utilizadas como justificativas para a dominação, em primeiro momento os discursos criados sobre o território e quem o habita. É preciso compreender sobre o espaço que está sendo estudado e o indivíduo que nele se encontra, sendo esse o indígena presente nas ribeiras e serras cearenses, escondido nas matas distantes do litoral, no chamado sertão.

O sertão se faz presente nessa pesquisa não como um lugar geográfico, mas sim social, pois trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes (Moraes, 1998). A violência contra os povos indígenas tem seu início a partir da forma utilizada pelos colonizadores para adjetivar o lugar onde vivem e, posteriormente, os grupos em si. A violência refletia-se em atos e também na linguagem. Os povos indígenas eram adjetivados como gentios e bárbaros (Pinheiro, 2008). A partir das definições impostas pelos colonizadores, é criada uma dicotomia entre os nativos que viviam no litoral, sendo esses apresentados como mansos e tranquilos, e os que “infestavam” os sertões como sendo “bárbaros” e “ferozes”. A partir daí surgem as bases utilizadas para justificar os atos cometidos contra esses povos interioranos.

Compreende-se que as formas utilizadas para referenciar o lugar e o ser, que ocupam o papel daqueles a serem dominados, são formas ocultas de dominação (Scott, 2013). Nessa mesma moeda, que é a dominação, sua outra face se faz presente nas fontes, sua forma direta é apresentada em documentos que deixam claro seu papel na tomada de decisões de cunho político e de alto grau de importância para o funcionamento da capitania, como na seleção para decidir quem irá ocupar o cargo de capitão-mor.

“(...) Pareceu aos conselheiros Alexandre Melo de Sousa e Meneses e José de Carvalho Abreu votar em primeiro lugar para o posto de capitão-mor... Leonel de Abreu Lima... mostra pelos seus serviços ser o mais próprio para desempenhar as obrigações desse posto, a respeito de ter muito conhecimento e experiência da guerra dos índios de corso, com quem muitas vezes combateu e sabe já o modo com que os pode sujeitar e conter em uma boa paz conosco, sendo os que há na dita capitania o de que mais nos possamos temer (...)” (Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Coleção Memória Colonial do Ceará vol. II tomo II: 102)

De um lado houve dominação, do outro se fez presente a resistência, essa sendo apresentada de igual forma como uma moeda de duas faces, composta por suas formas



diretas e as ocultas, adotadas pelos indígenas da capitania cearense, na busca por sua sobrevivência. Há nos documentos analisados a presença de conflitos diretos, por meio de motins e assassinatos.

“(...) havendo naquela costa uma nação de tapuias rebeldes que infestavam aquela capitania matando os correios que se enviaram a esta praça, como também a gente que do Rio Grande se recolhiam para o Ceará, outrossim fazendo vários insultos, destruindo as lavouras dos índios avassalados (...)” (Requerimento ao Conselho Ultramarino pedindo nomeação de um novo capitão-mor. Coleção Memória Colonial do Ceará vol. I tomo I: 172)

Para além das formas mais diretas onde o embate entre os dominantes e aqueles em situação de subordinados, esteve presente também as formas veladas de resistência, aquelas que ocorreram de forma mascarada, por trás da formação de alianças, por exemplo. Os interesses dos indígenas e dos proprietários muitas vezes se congregavam, pois os primeiros buscaram nos segundos a proteção que julgaram apropriada para sobreviver aos ataques realizados por seus inimigos nas matas, indígenas de outros povos ou não (Dornelles, 2018, p.91). As alianças estabelecidas eram muitas vezes vistas pelos colonizadores como formas de garantir mão-de-obra militar, em especial para facilitar sua entrada nas localidades mais interioranas.

“E que fosse notório que os ditos da família dos Montes e seus parciais das ditas aldeias deste Ceará chamadas Pernamerim, Paupina Aldeia Nova, Cauvaia e Perangaba tirassem os índios que achassem capazes de armas com ordem do dito sindicato e os levassem consigo para a ribeira do Jaguaribe (...)” “Autos de residência tirada ao ex-capitão-mor do Ceará. Manuel Francês. Coleção Memória Colonial do Ceará Vol. II tomo II, p. 56)

3 CONCLUSÃO

A pesquisa encontra-se em andamento e objetiva trazer ao debate historiográfico uma análise acerca dos povos indígenas do Ceará colonial com um novo olhar, sendo esse diferente da comumente apresentada imagem cristalizada – fossilizada – dos povos indígenas (Monteiro, 2001). Por meio da análise das fontes em conjunto com as leituras



acerca do tema, foi possível desmistificar essa imagem e colocar os grupos nativos no centro da discussão, agora, como agentes ativos nas relações estabelecidas, e apresentá-lo como um pilar da formação social do Ceará, e dessa forma apresentar suas lutas, sendo essas diretas ou por meio da dissimulação.

4 REFERÊNCIAS

DORNELLES, Soraia Sales. **Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 38; p. 87 – 108, 2018.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudo de história indígena e do indigenismo**. Tese apresentada á o curso de livre docência. Campinas – SP, UNICAMP, 3001.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Sertão: o “outro” geográfico**. Terra Brasilis (Nova Série). Revista Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica 4-5 (2003).

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680 – 1820)**. Fortaleza Fundação Ana Lima, 2008.

SCOTT, James C. **A Dominação e a arte da Resistência**. – Tradução Pedro Serras Pereira. Lisboa: Edição Livraria Letra Livre, 2013.

FONTES

Primeiro volume Tomo I; 1618 – 1698 da coleção Memória Colonial do Ceará documentos que compunha os Avulsos do Conselho Ultramarino e do Arquivo Público do Ceará - APEC. Estão reunidos no Centro de Documentação do Cariri - CEDOCC.

Segundo volume Tomo II; 1726 – 1731 da coleção Memória Colonial do Ceará documentos que compunha os Avulsos do Conselho Ultramarino e do Arquivo Público do Ceará - APEC. Estão reunidos no Centro de Documentação do Cariri - CEDOCC.